

Xiboletismo na história recente de Angola

Este ano assinala-se o décimo quinto aniversário dos acontecimentos de 23 de Janeiro de 1993, a também denominada sexta-feira sangrenta. Não querendo exumar factos políticos relativos à vergonhosa mácula na história de Angola, há, no entanto, nele um aspecto científico que pretendo desenterrar e colocar na mesa para posterior análise. Refiro-me ao fenómeno linguístico denominado XIBOLETE (shibboleth em inglês), que permite estabelecer paralelismos socio-linguísticos com uma história bíblica e factos verificados em países culturalmente diferenciados entre si.

António Quino*



Quem se lembra das mortes de populares de origem bakongo, a 23 de Janeiro de 1993, na cidade de Luanda, na tristemente célebre "sexta-feira sangrenta", deve recordar-se do elemento sociolinguístico utilizado para identificar os potenciais "alvos".

Na altura, um dos arquétipos preferidos de julgamento popular aos bakongo, fundamentalmente os residentes em Luanda, estava na dicção do lexema "**arroz**".

Como é evidente, os cidadãos angolanos de origem bakongo que têm forte influência da sua língua materna na comunicação em português, apresentam sérias dificuldades em reproduzir tal lexema. No campo da linguística, tal fenómeno tem a sua justificação.

Na língua materna dos bakongo, a vibrante sonora múltipla (rr) não existe. Neste caso, o aparelho fonador produz um som aproximado, substituindo a vibrante sonora múltipla por uma vibrante sonora simples (r). A expressão "**aroz**" – tal como "caro", "faro", "raro", etc. – é menos difícil de produzir. Afinal, a vibração da ponta da língua, com toque nos alvéolos, é rápida e não implica sucessivos obstáculos, como acontece na produção do lexema "**arroz**", onde a sua produção exige da ponta da língua um contacto contínuo com os alvéolos.

Portanto, se, pela demagogia ou empirismo, tivéssemos que "escolher" o culpado da dificuldade na reprodução fonética do lexema "**arroz**", condenaríamos o aparelho fonador, por ser o responsável pela produção de sons linguísticos.

Acontece que isso não é um caso particular de Angola. A história está repleta de casos similares, em que factores linguísticos serviram para fazer demarcações entre grupos socioculturais díspares.

E o caso mais flagrante é o descrito na Bíblia Sagrada, situação que acabou por parir o termo Xibolete¹, ou chibolete, hoje utilizado em várias vertentes, mas que em respeito ao seu sentido primitivo indica uma peculiaridade de pronúncia que serve para identificar um determinado grupo linguístico.

O vocábulo Xibolete é a transliteração de um termo hebraico que alguns traduzem por "espiga de grãos", outros por "torrente de água".

Segundo o Velho Testamento (Juízes, 12: 1-15), esta palavra foi usada para distinguir duas tribos israelitas, nomeadamente os gileaditas e os efraimitas, que travaram uma grande batalha. Os gileaditas, vencedores, bloquearam as passagens do rio Jordão para evitar que os efraimitas sobreviventes pudessem escapar. Os sentinelas exigiam que todo o indivíduo que pretendesse atravessar o rio dissesse "**xibolete**". Como os efraimitas não tinham o fonema /x/ no seu dialecto para produzir o som /chi/ de **ch**iclete, só conseguiam pronunciar /si/ de **s**inal ou **s**ilêncio. Assim, o termo Xibolete era pronunciado pelos efraimitas como "**sibolete**", sendo assim facilmente reconhecidos e degolados nos vaus do Jordão.

No campo da linguística, e olhando para a classificação das consoantes, sabe-se que há aquelas consoantes, como o "S", que, quando as pronunciamos, as cordas vocais vibram produzindo uma consoante sonora. Noutros casos, as cordas vocais não vibram, produzindo-se assim uma consoante surda. Esta acaba por ser a diferença básica entre os dois fonemas que determinaram o destino dos efraimitas. O fonema "X", que não existia no dialecto dos efraimitas, é uma consoante constrictiva fricativa surda. Desta forma, o aparelho fonador substitui a fricativa surda pelo "S", que é uma constrictiva fricativa sonora.

Para infelicidade dos efraimitas, o seu aparelho fonador só reconhecia a fricativa sibilante [s] no lugar da fricativa chiada [ch]. Devido a essa variante fonética, mais de quarenta mil efraimitas foram mortos, muitos deles nos vaus do rio Jordão.

Um outro exemplo de xiboletismo é o do massacre das Vésperas Sicilianas.

Em 30 de Março de 1282, os camponeses de Sicília revoltaram-se contra as forças francesas que dominavam a ilha. Segundo relatos históricos, a revolta iniciou-se quando um soldado francês molestou uma mulher siciliana. Enquanto os sinos da segunda-feira de Páscoa sinalizavam o ataque pré-planeado dos sicilianos, a multidão gritava "Morte ao Francês". E uma batalha mortal entre soldados franceses e sicilianos propagou-se pela ilha.

Como forma de identificar os franceses, os sicilianos pediam que se pronunciasse o lexema **ciceri** (uma espécie de ervilha seca). No italiano, a dicção soa como "tchitcheri", uma realização fonética que não existe no francês, o que permitiu a rápida identificação dos soldados franceses.

Também nas revoluções de 1893 e de 1923, no Sul do Brasil, a forma utilizada para identificar os mercenários uruguaiois era através da pronúncia de termos iniciados com a consoante /J/, "**jota**" do alfabeto português, como **João**, **José**, **Jogo**, etc. ou do termo "**pauzinhos**".

Em ambos os casos, os uruguaiois apresentavam sérias dificuldades pois, como falantes de espanhol, tais realizações fonéticas produziam-se como "**iôta**" ou "**paucinhos**", já que a letra "j" não se realiza foneticamente no espanhol e o sufixo "zinho" ganha forma como "cinho".

¹ Com o passar do tempo, Xibolete deixou de significar apenas uma determinada maneira de identificar o grupo ou origem de alguém através da dicção de certas palavras. O significado da palavra, assim como a sua grafia, possui variações conforme as fontes pesquisadas, encontrando-se na escrita os termos SHIBBOLETH, SCHIBBOLET, XIBOLETE, SHIBOLETE – embora eu prefira xibolete.

A escola no combate ao xiboleto

Hoje, o termo xiboleto passou a indicar uma palavra ou identificador pelo qual um grupo de pessoas ou sistemas informáticos podem reconhecer uns aos outros.

Por exemplo, para valorizar o factor sexual na psicanálise, Sigmund Freud afirmou, em 1919, que o factor da sexualidade é o nosso **xiboleto**.

No campo da informática, shibboleth (em inglês) é um projecto da Internet que consiste num modelo de confiança no qual cada instituição é responsável por autenticar os seus usuários.

A observância do xiboleto, um tipo de senha linguística que revela se alguém faz parte de um determinado grupo sociolinguístico ou não, veio deixar a nu um fenómeno muitas vezes ignorado, mas que existe e connosco coabita. Refiro-me ao chamado preconceito linguístico.

Como elemento introdutório, antes de abordar a relação entre a escola e o xiboleto, gostaria de fazer um conspecto histórico sobre a realidade sociolinguística e o processo de ensino no nosso país.

Desde que teve início o processo de escolarização em Angola, ainda na vigência do regime colonial português, o ensino sempre foi feito, oficialmente, em Língua Portuguesa (LP), idioma exclusivamente utilizado como matéria e veículo de ensino. Considerando que a educação/ensino é um vector privilegiado para a divulgação e realização duma cultura e ideologia, a escolarização viria a ter um papel importante, embora não determinante, na expansão da LP em Angola.

Do passado ao presente, o ensino da LP em Angola realiza-se num contexto plurilingue, nunca se chegando a considerar a importância das Línguas Africanas de Angola (LAA) no processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa.

É lógico que este processo provoca, em alguns alunos, um sentimento de rejeição e de auto-exclusão decorrente de um sistema educacional discriminatório. E, sem medo de errar, esta situação afigura-se como uma das causas relevantes da evasão e do insucesso escolar no nosso país.

Existe a falsa ideia de que os alunos, especialmente os das zonas urbanas, têm o português como Língua Materna (LM), logo, têm a obrigação de conhecer a única língua oficial e veicular de Angola.

Esta falsa ideia esconde uma realidade perene em relação à realidade sociolinguística dos alunos, que aqui os agrupamos em duas categorias:

- **os alunos que têm a LP como LM;**
- **os alunos que têm uma LAA como LM;**
- **os alunos que, não dominando nem a língua portuguesa nem pelo menos uma LAA, têm a LP como LM.**

Este terceiro grupo de alunos, assim como um considerável número de educandos do primeiro grupo, receberam, dos seus tutores, as primeiras noções da LP. Como a LM de muitos destes tutores é uma LAA, e não sendo escolarizados ou, em muitos casos, possuindo um baixo nível de escolaridade, transmitem aos seus tutorandos ensinamentos de um português possível, carregado de interferências da LM (LAA) sobre a LP².

² António QUINO, A importância das Línguas Africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa, (Monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação, na especialidade de Linguística / Português), 2005, p. 9.

É, portanto, este português que os alunos têm como LM, uma realização linguística marcada por inúmeros desvios e que frequentemente desrespeita as regras e normas da língua padrão, com bastantes interferências da LM dos seus tutores³.

Este factor em particular tem contribuído para um baixo rendimento escolar dos estudantes nas matérias ministradas nas escolas, já que a LP é também o veículo pelo qual se processa o ensino.

Particularizando o contacto entre o português e o kimbundu (uma LAA), Amélia Mingas realça que estas línguas apresentam algumas diferenças linguísticas importantes, que estão na base de muitas alterações morfo-fonológicas e morfo-sintáticas que caracterizam o português falado em Angola comparativamente ao de Portugal.⁴

Nunca se duvidou de que Angola é um país plurilingue. Contrariamente a isso, veicula-se a ideia de uma Angola monolingue, seja pela escola, pelas instituições sociais, políticas ou religiosas, como pelos órgãos de comunicação social. E, neste caso, quem não domina a variante padrão é marginalizado ou discriminado.

E, agora, chamo aqui a atenção para a função da escola na sociedade. Toda a comunidade espera que a escola ajude a criança a compreender a realidade material, social e espiritual, com as suas contradições e as suas variedades, para que ela (criança) possa atingir a sua autonomia individual e a integração na comunidade. Como a língua faz parte da realidade social, a escola deve ser um espaço de integração social e não de exclusões.

A escola deve ser um espaço integracionista. Portanto, não pode utilizar-se práticas de exclusão. E dou um exemplo para melhor me fazer entender: Quando os manuais e outros materiais didácticos fazem referência à variedades linguísticas, deixam subjacente que são particularidades que devem ser evitadas em situações formais ou na escrita. Automaticamente, quem fala bem o português tem um estatuto social diferenciado de quem fala o português caracterizado por interferências diversas.

Portanto, quem é usuário da LP marcada por interferências, aparece logo marginalizado no processo de ensino que, sem tentar considerar os porquês dos desvios à norma, é condenado e mal avaliado. Aqui os promotores das políticas educacionais esquecem que a discriminação linguística se apoia num preconceito social.

No processo de ensino, há uma tendência de se marginalizar a fala e de valorizar a linguagem formal (padrão/escrita), mostrando uma linguagem que não reflecte a realidade dos seus falantes. Citando Ricardo Borton⁵ [pp. 9-32.], a escola ainda se esquece da diversidade cultural e linguística dos seus alunos e alunas.

É importante, agora que os angolanos estão empenhados na unificação e reconstrução nacionais, reconhecer que a educação/ensino será fundamental para a construção da identidade nacional, ela que deve respeitar a riqueza cultural que caracteriza o país através dos seus vários grupos étnico-culturais.

Na sua conferência mundial sobre as políticas culturais, em 1982, no México, a UNESCO considerou essencial que o desenvolvimento cultural seja sempre examinado nas suas interacções com o desenvolvimento económico e social. Chamou ainda a atenção para a necessidade de os programas escolares realçarem a importância dos elementos da cultura, evitando que a educação se realize apenas na formação profissional e se efective na formação do homem⁶.

Ao valorizar o aspecto cultural no processo de ensino, estar-se-ia a potencializar o indivíduo na sua especificidade ideológica, cultural, natural e pessoal.

³ Idem

⁴ Amélia MINGAS, *A Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, 2000, p. 43.

⁵ Ricardo BORTONI, pp. 9-32.

⁶ António QUINO, 2005, p. 63.

Sem sombra de dúvidas, a valorização das LAA no processo de ensino e aprendizagem da LP é bastante importante para se concluir, com êxito, as finalidades definidas no Plano-quadro Nacional da Reconstrução do Sistema Educativo da República de Angola, que visa contribuir para a edificação de uma nova sociedade Angolana, democrática, unida e próspera e promover uma nova consciência nacional, baseada na tolerância, no respeito de si e dos outros, na identidade cultural e na cultura da paz⁷.

E, já que a LP é a de unidade nacional, não seria desprestigiante se no processo de ensino/aprendizagem da mesma se tivesse em conta a importância das LAA. A acontecer, seria o valorizar da cultura dos formandos, da cultura das diferentes comunidades linguísticas angolanas e permitiria, certamente, uma redução dos elevados índices de insucesso escolar⁸.

Medidas e atitudes como essas não só engrandecem o rico mosaico socio-cultural angolano como também elevam a consciência do cidadão no sentido de aprender a viver, a conviver e a respeitar a diferença cultural do seu próximo.

É dessa forma que se preparam as mentes na erradicação de xiboleatismos linguísticos nas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bíblia Sagrada*, Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, 2001: p. 262.
- BORTONI, Ricardo, S. M., «Problemas de Comunicação Interdialetal». In: *Sociolingüística e o Ensino do Vernáculo*, revista *Tempo Brasileiro*, nº 78/79, pp. 9-32.
- KAMBWA, Augusto Eduardo, *A Importância das Línguas Nacionais Como Factor de Desenvolvimento*, segunda parte de uma palestra proferida na Maka à 4.ª feira, 07 de Novembro de 2001, na União dos Escritores Angolanos, publicada no jornal *Angolense* referente à semana de 22 a 29 de Dezembro de 2001.
- KAMBWA, Augusto Eduardo, *A problemática da Coabitação Linguística em Angola*, intervenção apresentada no XII encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Luanda.
- LOPES, Vítor P., *Língua Portuguesa: Elementos de Linguística*, Porto, Lello & Irmão, 1979, pp. 149-155.
- MINGAS, Amélia, *A Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Luanda, Chá de Caxinde, 2000.
- QUINO, António, *A importância das Línguas Africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa*, (Monografia para

⁷ Ibdem - 2005, p. 75.

⁸ Ibdem - 2005, p. 56

obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação na especialidade de Linguística / Português), Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda da Universidade Agostinho Neto, 2005.

-
- Pós-graduado em Literatura em Língua Portuguesa e licenciado em Ciências da Educação na especialidade de Linguística, opção língua portuguesa, pela Universidade Agostinho Neto. António Quino é, também, jornalista e docente universitário.

Sobre o autor:

<u>CURRICULUM VITAE</u>

INFORMAÇÃO PESSOAL

NOME – **ANTÓNIO FRANCISCO MATEUS QUINO**

FILIAÇÃO – Francisco Quino e de Maria Basilissa da Graça Mateus Quino

ENDEREÇO – Avenida Hoji Ya Henda, Bairro Nelito Soares, n.º 38, apt.º 2, Município do Rangel, Luanda.

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO – 03 de Agosto de 1971, em Luanda.

TELEFONE – 923-311-453

NACIONALIDADE – Angolana

ESTADO CIVIL – Casado

PROFISSÃO – Professor e Jornalista

ACTIVIDADE PROFISSIONAL ACTUAL

- Professor de Técnicas de Expressão I e II, em Língua Portuguesa, do Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda da Universidade Agostinho Neto.

- Jornalista colaborador da Rádio Nacional de Angola (2001/2005);

- Funcionário do Ministério do Interior, com a função de chefe adjunto do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Geral da Polícia Nacional

- Editor da Revista Tranquilidade, da Polícia Nacional.

FORMAÇÃO ACADÉMICA

-
- Mestrando em Literatura em Língua Portuguesa, pela Universidade Agostinho Neto;
 - Licenciado em Ciências da Educação (2005);
 - Curso Superior de Ciências da Educação na especialidade de Linguística, opção Português (Luanda, 1997/2001);
 - Curso Médio de Máquinas e Instalações Frigoríficas (Namibe, 1988/1992);
 - Curso Médio de Gestão Turística (Luanda, 1994/1996)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Curso de treinador de basquetebol do grupo C (Luanda, 1990);
- Curso de aperfeiçoamento da Língua Portuguesa (Instituto Camões/Luanda, 1997);
- Curso de Marketing e Comunicação Social (Luanda, 1999);
- Curso de Comunicação Social (Portugal, 2002);
- Curso de Aperfeiçoamento da Capacidade de Marketing Social (Tanzânia, 2003);

LÍNGUAS FALADAS E ESCRITAS

- Português;
- Espanhol (conhecimentos básicos);
- Francês (conhecimentos básicos).

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Coordenador de Mídias e de Materiais de Informação, Educação e Comunicação do Population Services International – Angola (2003/2005);
- Coordenador do “Bué Vivo”, programa radiofónico difundido no canal A da Rádio Nacional de Angola (2004/2005);
- Assessor de comunicação e Imagem da Coligação para os Direitos dos Seropositivos (2002/2003);
- Editor do Jornal Folha 8 (2002/2003);
- Assessor de comunicação e Imagem da Coligação para os Direitos dos Seropositivos (2002/2003);
- Sub-editor do jornal Folha 8 (2000/2002);
- Editor de sociedade do jornal Folha 8 (1999/2000);
- Editor de reportagem do Jornal Folha 8 (1997/99);
- Gerente da discoteca Cazengão (1996/97);
- Co-fundador do Jornal Farol, na província do Namibe (1990);
- Segundo classificado do prémio literário JA/ODEBRECHT (1995);
- Menção honrosa do prémio sobre Direitos Humanos instituído pelo MISA – Angola (1999);

PARTICIPAÇÃO EM CIMEIRAS

- Delegado, por Angola, à Cimeira Internacional dos Defensores dos Direitos Humanos, realizado em Dezembro de 1998, no palácio de Chaillot, em França, acto alusivo ao 50º aniversário da declaração universal dos Direitos Humanos;

TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO REALIZADOS

- “Paradoxos da Globalização” – tema de tese do fim da acção de formação para jornalistas dos PALOP, curso que decorreu na Universidade Católica de Lisboa (2002);

- “A importância das Línguas Africanas de Angola no Processo de Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa” – tema de tese para a obtenção do grau de licenciado em ciências de Educação, na especialidade de Língua Portuguesa.

- “O Luso-tropicalismo” – ensaio publicado no jornal Folha 8, em Agosto de 2001.

- “Nicolau Maquiável: Um líder ajuizado não reduz os grandes ao desespero” – ensaio publicado no Jornal Folha 8, em Dezembro de 2003.

- “A Situação do VIH-SIDA em Angola/ 2004”, pesquisa recomendada pela Coligação dos Direitos dos Seropositivos.